



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6532

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/05/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 25/2005. Desafetas áreas de uso institucional e autoriza modificar a destinação das mesmas objetivando atender projeto de interesse social (Programa Habitar Brasil – BID) e contém outras providências. (Terreno com área total de 9.700,74m², localizado na avenida Vargem Grande do loteamento Canelas).

Controle Interno – Caixa: 12.3 **Posição:** 25 **Número de folhas:** 06

Espécie: PL
Categoria: Imóveis
nº: 12.3
Ordem: 25
nº fls.: 04

25/2005

24.05.2005



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Desafeta áreas de uso institucional e autoriza modificar a

destinação das mesmas objetivando atender Projeto de Interesse Social e

contém outras providências.

MOVIMENTO

Entrada em 03/05/2005

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça
- 2 -
- 3 - *APROVADO EM REGIM E DE V.A.*
- 4 - *GEN CIA 24.05.2005*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Ab. Comissões
03/05/05

PROJETO DE LEI Nº _____/2005.

DESAFETA ÁREAS DE USO INSTITUCIONAL E AUTORIZA MODIFICAR A DESTINAÇÃO DAS MESMAS OBJETIVANDO ATENDER PROJETO DE INTERESSE SOCIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica desafetada de sua destinação de uso comum do povo as áreas abaixo discriminadas:

I - as seguintes ÁREAS INSTITUCIONAIS que fazem parte de Terreno da Avenida Vargem Grande do loteamento CANELAS (Bairro dos Canelas), município de Montes Claros - MG, constituídas de:

a) 7.115,53 m² (sete mil, cento e quinze metros e cinquenta e três decímetros quadrados), com a seguinte descrição:

" Pela frente, limitando com o afastamento lateral da Avenida Vargem Grande na distância de 194,31 m; pelo fundo, limitando com o alinhamento da Rua do Pequizeiro na distância de 172,90 m; pelo lado direito, limitando com o alinhamento da Rua Júlio Canela na distância de 38,72 m e pelo lado esquerdo, limita com o alinhamento da Rua Santo Amaro na distância de 42,28 m."

b) 2.585,21 m² (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco metros e vinte e um decímetros quadrados), com a seguinte descrição:

"Pela frente, limitando com o afastamento lateral da Avenida Vargem Grande na distância de 76,78m; pelo fundo, limitando com o alinhamento da Rua do Pequizeiro na distância de 78,44; pelo lado direito, limitando com o alinhamento da Rua José Maria Câmara na distância de 35,05 m e pelo lado esquerdo, limita com o alinhamento da Rua Júlio Canela na distância de 38,46 m."

Parágrafo único: As áreas de que trata este artigo, assim desafetadas de suas características de bem de uso comum do povo, passarão ao patrimônio disponível do Município.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a transferir as áreas acima descritas nos seguintes moldes:

I - AS ÁREAS INSTITUCIONAIS descritas no artigo 1º, I, "a" e "b", totalizam 9.700,74 m² (nove mil e setecentos metros e setenta e quatro decímetros



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG


Gabinete do Prefeito

quadrados), visando a implantação do Projeto Habitar Brasil - Projeto Integrado do Córrego Vargem Grande.

Art. 3º- Os recursos necessários à realização dos projetos anteriormente citados estão vinculados ao PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID, em parceria do Governo Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Governo Municipal.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 26 de abril de 2005.


Athos Avelino Pereira
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE MAIO DE 2001
PRESIDENTE

Projeto legal de
Constitucional

Seu
190505
Parecer
F. F.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 24 DE MAIO DE 2001
PRESIDENTE

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 26 de abril de 2005

OFÍCIO Nº: GP/119/2005
ASSUNTO: Encaminhamento - FAZ
SERVIÇO: Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei, com o qual pretendemos "Desafetar Áreas de Uso Institucional e Modificar a Destinação das mesmas", objetivando atender Projeto de interesse social.


Ficam desafetadas de sua destinação de uso comum do povo as áreas Institucionais que fazem parte de terreno da avenida Vargem Grande, no loteamento CANELAS (Bairro Canelas), município de Montes Claros, totalizando 9.700,74 m² (nove mil, setecentos metros e setenta e quatro decímetros quadrados), visando a implantação do Projeto Habitar Brasil - Projeto Integrado do Córrego Vargem Grande.

Os recursos necessários à realização dos projetos anteriormente citados estão vinculados ao PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID, em parceria do Governo Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Governo Municipal.

Na certeza de que o presente Projeto é relevante, pois tem como objetivo a construção de moradias, pensamos que, V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.
Vereador **Sebastião Ildeu Maia**
DD. Presidente da Câmara Municipal
Montes Claros - MG



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Desafeta áreas de uso institucional e autoriza modificar a destinação das mesmas objetivando atender Projeto de Interesse Social de Interesse Social e contém outras providências.” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis autorizando a desafetação de terrenos municipais é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica legislativa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de maio de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605